

CICLOS

Pesquisadoras da Ufrgs defendem experiência

Depois de alguns anos de estudos sobre a inovadora organização escolar por ciclos, implantada na rede municipal de Porto Alegre entre 1995 e 2000, as professoras Maria Bernadette Rodrigues e Maria Luisa Xavier reuniram argumentos suficientes para rebater críticas e apontar possíveis ajustes.

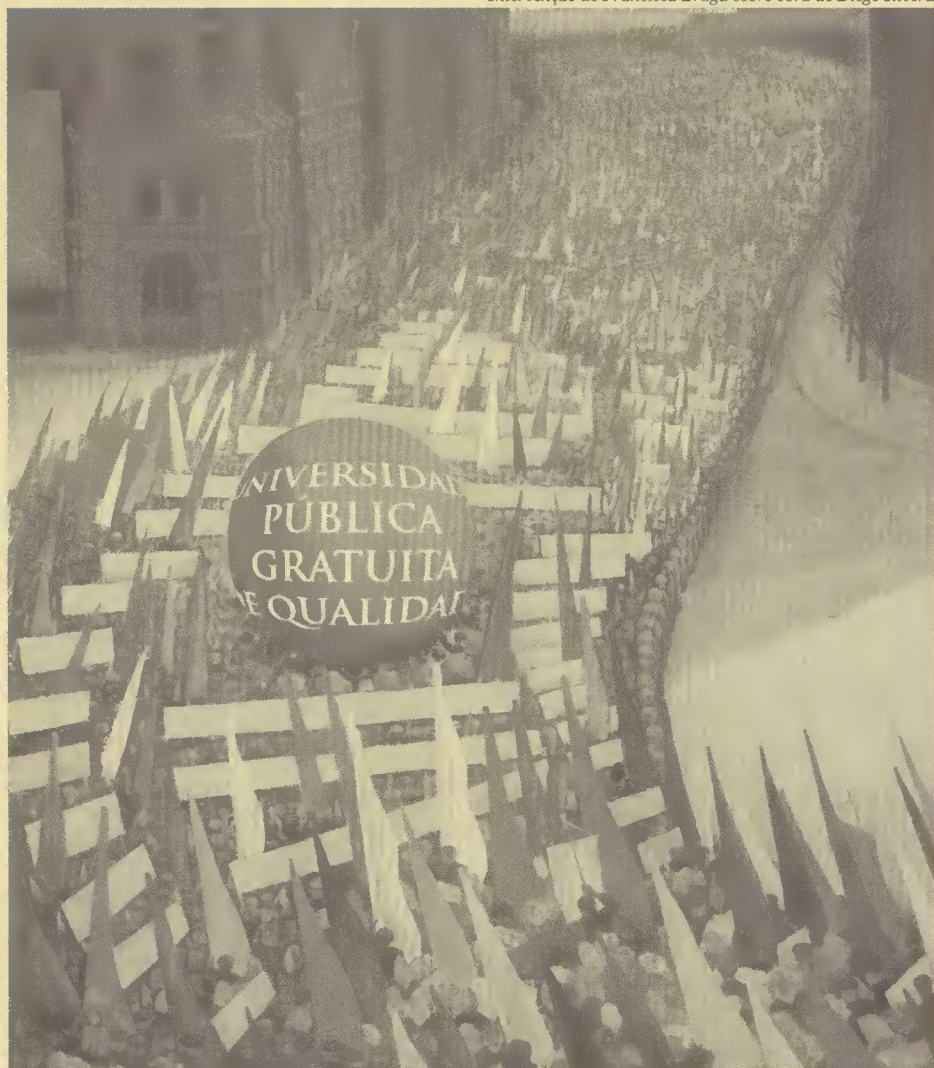
Páginas 6, 7 e 8

Docentes elegem nova Diretoria

Nos dias 14 e 15 de dezembro, professores sindicalizados da Ufrgs irão às urnas para definir quem comanda a Associação até 2006. Aposentados votam na sede da entidade e será permitido o voto em trânsito.

Páginas 3

Intervenção de Francisca Braga sobre obra de Diego Rivera



Da importância da participação

Os materiais veiculados pela Adufrgs nos últimos meses, sejam eles em jornais ou informativos, revelam a existência salutar de diferentes visões acerca da conjuntura atual no que diz respeito às políticas federais voltadas às Ifes, mas também, e principalmente, apontam para opiniões divergentes acerca da representatividade das organizações sindicais que ora nos representam, como é o caso da CUT e do Andes-SN.

A tão propalada Reforma Universitária, já em curso através de medidas governamentais como Prouni e Lei de Inovação Tecnológica, bem como as Reformas Trabalhista e Sindical, tão propagandeadas pelo governo, colaboram para acirrar o debate e evidenciam uma conjuntura perversa onde, após anos de luta em defesa de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, parece que retornamos ao ponto inicial, num círculo vicioso cheio de armadilhas.

Compete a nós, sindicalizados, homens e mulheres conscientes, colocarmos-nos inequivocamente em defesa da organização e das lutas dos trabalhadores e envidar todos os esforços para impedir a ideologização da estrutura sindical. Isso não será alcançado senão através da efetiva participação de todos, pela manifestação clara de posições, pelo protesto, pela crítica qualificada, que devem ser exercidos livremente.

A convicção da imperiosa necessidade para o País da manutenção e expansão da Universidade Pública Gratuita e de Qualidade, e que atenda aos interesses da maioria da população, é nosso ponto de convergência. Uma Adufrgs forte, atuante e representativa, é a garantia de que continuaremos, enquanto categoria, unidos na luta.

Nesse espírito, esperamos a participação massiva dos colegas no pleito que se avizinha em nossa Associação, dias 14 e 15 próximos.

Justiça Ambiental

O último Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que encerrou no final de novembro no Rio de Janeiro, fez críticas ao modelo energético adotado no País, ao descaso do governo em solucionar os principais passivos ambientais e até mesmo à política econômica do ministro Antonio Palocci (Fazenda). Foi aprovada pelos participantes, na plenária final do encontro, uma Declaração Política que bate forte no governo e será lida publicamente em janeiro do ano que vem, durante a quinta edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. As entidades participantes aprovaram ainda uma agenda de mobilizações e eventos para 2005 que será parte importante da nova dinâmica de enfrentamento que o movimento pretende adotar frente às políticas públicas ambientais consideradas inadequadas.

Instantâneos de Palestina e Israel

Através de um projeto inédito, crianças palestinas e judias que vivem em Hebron, no sul da Cisjordânia, receberam máquinas fotográficas digitais para captar imagens do seu dia-a-dia, em um trabalho que se estendeu durante um ano e meio. O resultado é a exposição "Hebron, My Home", inaugurada no dia 30 de novembro, em Tel Aviv. Na mostra, coordenada pelo fotógrafo israelense Menahem Kahana, é possível ter uma idéia de como as crianças vêem a realidade. O projeto começou em abril do ano passado e envolveu 14 crianças judias e palestinas com idade entre 8 e 17 anos. Nenhuma delas sabia que seus vizinhos também estavam passando pela mesma experiência, tampouco tinham qualquer noção teórica ou prática quanto ao manuseio de uma máquina digital e tiveram a liberdade de registrar o que achavam mais interessante. São cerca de 5 mil fotos que retratam a realidade da ocupação militar israelense. A página do jornal Folha de São Paulo (www.folha.com.br) está disponibilizando algumas das fotos.

Dia Mundial de Luta contra a Aids

Para discutir o papel dos meios de comunicação no combate à disseminação da Aids e da imagem negativa que a sociedade tem dos portadores de HIV, o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids de Ribeirão Preto (Gapa-RP) realizou em 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a Aids, o seminário "Mídia na Luta contra a Aids". A mídia foi muito criticada durante o encontro, segundo um dos diretores do Gapa/RP, Alcebí-

des Júnior, principalmente por confundir a população ao explorar a imagem do doente terminal. Uma das conclusões do seminário é de que as campanhas de prevenção têm sido ineficientes e que precisam trabalhar mais no sentido de mudar o comportamento. Desde o início da década de 80, o Ministério da Saúde notificou mais de 360 mil casos de Aids no Brasil. Nos últimos anos, com a maior divulgação de informações sobre a doença e as formas de evitá-la, o número de novos casos por ano vem diminuindo, mas em 2003 ainda foram registrados 22 mil novos casos, número considerado elevado.

Meio Ambiente

A proximidade da entrada em vigor do Protocolo de Quioto, prevista para fevereiro de 2005, e da realização da Conferência da ONU sobre o Clima (COP-10), que acontece em Buenos Aires desde o dia 6 e se estende até 17 de dezembro, está fazendo com que a discussão sobre mudanças climáticas volte a ocupar lugar de destaque no Brasil. Além da participação ativa de algumas cidades brasileiras que pertencem ao ICLEI (Conselho Internacional de Iniciativas Locais Ambientais, sigla em inglês), o País estará presente na organização de um importante evento paralelo: o seminário da campanha Cidades pela Proteção do Clima, (CCP, sigla em inglês) que discutirá a adoção de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). A grande estrela brasileira na COP-10, no entanto, será Porto Alegre, cidade que apresenta ótimos índices socioambientais. Cerca de 99% dos habitantes da capital gaúcha têm acesso à água potável, 100% são beneficiados pelo sistema de coleta seletiva e reciclagem de lixo e a cidade disponibiliza uma média de 14,9 metros quadrados de área verde para cada habitante.

Matemática

Os estudantes brasileiros, ao lado dos da Indonésia e Tunísia, estão entre os que têm os menores níveis de conhecimento em matemática, segundo informações de uma pesquisa internacional realizada pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Os dados são de 2003 e constam de um estudo chamado Pisa (sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Alunos), prova aplicada para analisar o desempenho de cerca de 250 mil estudantes de 15 anos matriculados nas redes de ensino públicas e particulares de 40 países.

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1ª secretária: Daniela Marzola Fialho
2ª secretária: Elisabete Zardo Búrigo
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Nádyá Pesce da Silveira

ELEIÇÕES ADUFRGS

Docentes elegem nova diretoria

Nos dias 14 e 15 de dezembro, os professores da Ufrgs filiados à Adufrgs vão às urnas para escolher o grupo que irá conduzir a Associação no biênio 2004/ 2006. Na mesma ocasião será eleito também o Conselho de Representantes das unidades. Vale salientar que os professores aposentados votam na sede da Adufrgs, das 8h às 22h, enquanto os demais deverão votar nas suas unidades ou em unidades vizinhas, em horários e locais que serão amplamente divulgados.

Quem vota

De acordo com as normas eleitorais, terão direito a voto os associados que tenham se sindicalizado até o dia 30 de novembro de 2004, estiverem em dia com suas contribuições e em pleno gozo de seus direitos sindicais.

Os eleitores que quiserem votar em seção eleitoral diferente da que lhe for indicada, poderá fazê-lo como voto em trânsito. Até o fechamento desta edição, quando faltavam dois dias para vencer o prazo de inscrições, havia uma chapa inscrita: a "Chapa 1, Propositiva e de Luta".

O(s) programa(s) da(s) chapa(s) e maiores informações sobre as eleições estarão disponíveis na página da Adufrgs (www.adufrgs.org.br).

Os professores escolhem a Diretoria da Associação a cada dois anos. O último pleito aconteceu em



Fotos Clarissa Pont

2002, com a participação de duas chapas. Na oportunidade, a chapa encabeçada pela professora Maria Aparecida Castro Livi foi a vitoriosa.

INFORME JURÍDICO

Francis Campos Bordas - Coord. Gabinete Adufrgs

CD e FG da substituição

A Pró-Reitoria de Recursos Humanos da Ufrgs, através do ofício 41/04 PRORH informou a alteração do critério de pagamento das CD e FG nos períodos de substituição, bem como comunica que os efeitos do benefício em pauta retroagirão a 20 de julho de 2000. De acordo com o parecer da Procuradoria-Geral da Ufrgs, o pagamento da substituição passará a ser feito da seguinte forma:

* Nos primeiros 30 dias de substituição, o substituto acumulará ambas as funções e poderá optar por uma das formas de retribuição (opção pela remuneração do cargo agregado da fração da gratificação de função ou pela remuneração própria da função gratificada);

* Passados os 30 dias, o substituto deixará de acumular as funções e receberá apenas pela função relativa ao posto que estiver substituindo.

A administração se compromete a pagar as diferenças atrasadas de períodos de substituição já decorridos desde 2000. Convém, porém, informar que o Governo Federal, quando paga diferenças de exercícios anteriores, tradicionalmente o faz sem correção monetária. Além da falta de atualização monetária, dificilmente a Ufrgs consegue dar uma previsão exata de quando serão pagos os atrasados, pois fica sempre na dependência do envio de verba do MEC.

Caso houver demasiado atraso no pagamento dos atrasados, os prejudicados poderão ingressar com ações judiciais (provavelmente no Juizado Especial Federal – pequenas causas). Neste caso, é fundamental que cada docente tenha cópia do processo administrativo.

Assessoria Jurídica da Adufrgs

Afastados ganham direito a férias

Foi publicado no dia 10 de novembro de 2004 o acórdão do Tribunal Regional Federal que manteve a sentença que garantia aos docentes afastados para aperfeiçoamento o direito a férias. O acórdão manteve integralmente a decisão, reafirmando que o tempo em que o docente está em licença deve ser considerado como efetivo exercício, inclusive para fins de aquisição e gozo de férias. Esta decisão é passível de recurso por parte da Ufrgs, para os tribunais sediados em Brasília, devendo este ser interposto até no máximo o dia 13 de dezembro de 2004.

Lembramos que quando foi dada a sentença de mérito (agora confirmada) o juiz ordenou que a Ufrgs, de imediato, passasse a reconhecer este direito aos atualmente afastados. Muitos professores têm questionado quando serão pagas as diferenças atrasadas de férias relativas ao período antes da sentença (que é do final de 2002). A execução definitiva do processo, ou seja, o cálculo de todas as vantagens que dele decorrem (inclusive os atrasados) depende do "trânsito em julgado", ou seja, de que não haja mais possibilidade de recurso de qualquer das partes.

Portanto, até que se esgotem as possibilidades de recurso, não há como se exigir o pagamento das férias vencidas antes de 2002. Quando forem feitos os cálculos deste processo, serão cobradas as diferenças de correção monetária e juros deste período todo.

Adufrgs promove encontro de corais



Na noite do dia 19 de novembro, no Salão de Festas da Reitoria, aconteceu o 1º Encontro Coral Adufrgs. A música brasileira foi a grande atração deste intercâmbio entre regentes e coralistas. Participaram o Coral da Adufrgs, o Coral da Vila Assunção, o Coral Municipal de Arroio dos Ratos e o Coral de Canoas (Cocan). A Adufrgs pretende, com a realização destes encontros, despertar a atenção da comunidade porto-alegrense para o local do evento, inserido no projeto de restauração dos prédios históricos do Campus Central da UFRGS.

Carlos Schmidt - Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs

O Brasil e a Universidade precisam de outra Reforma

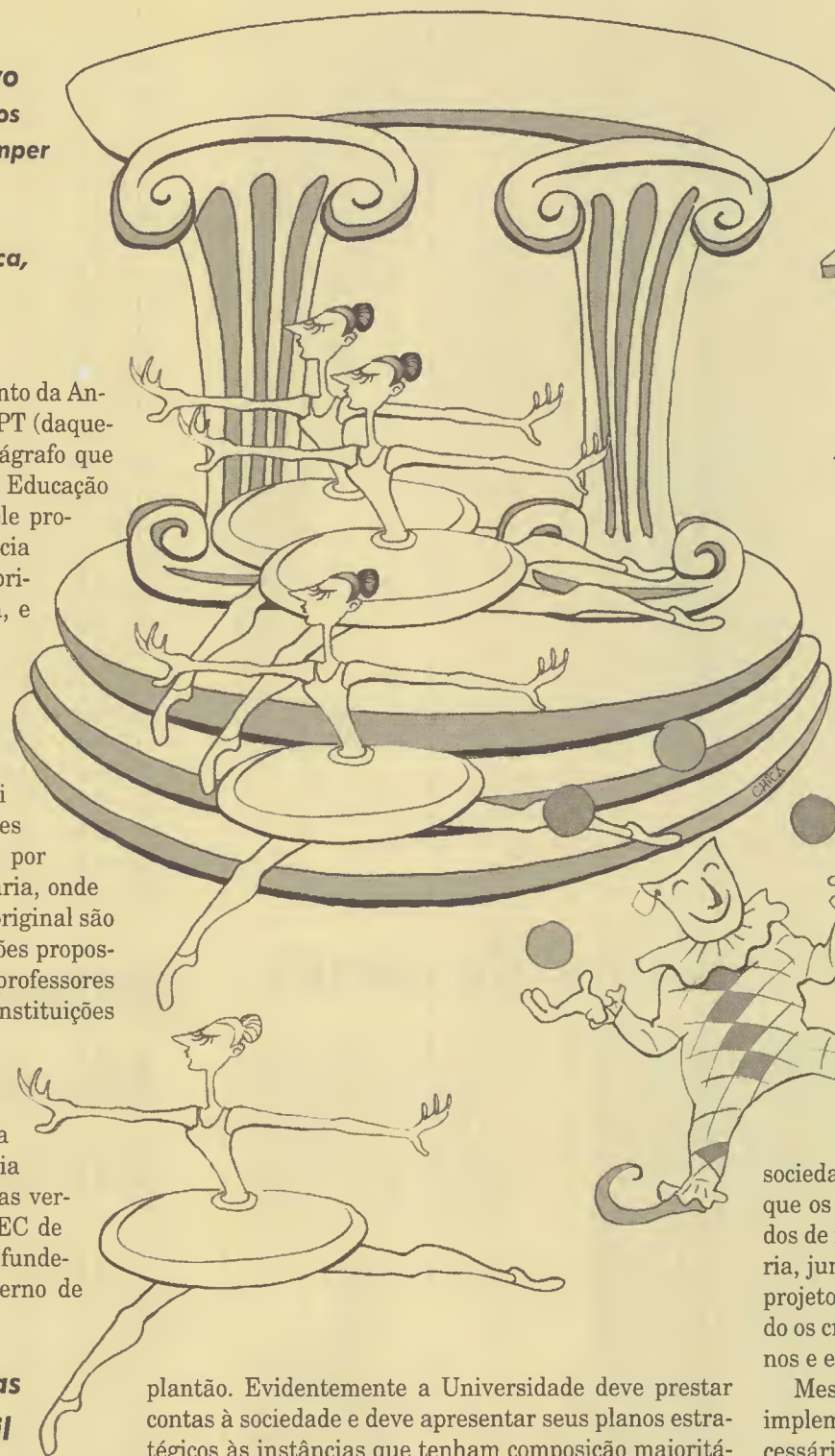
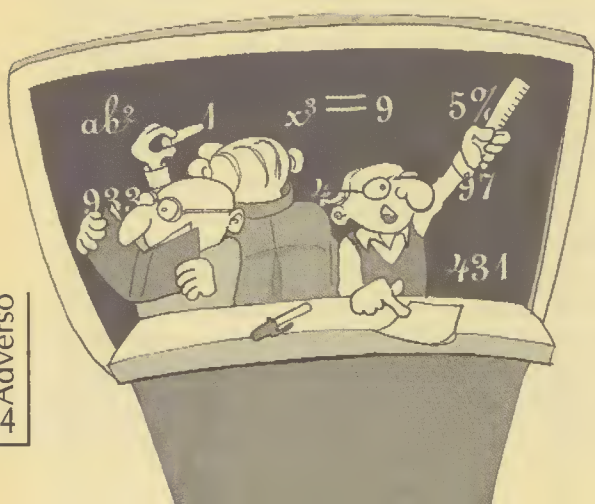
"A educação é um elemento constitutivo do novo modelo de desenvolvimento que estamos construindo no Brasil. Ela é vital para romper com a histórica dependência científica, tecnológica e cultural de nosso País e consolidar o projeto de nação democrática, autônoma, soberana e solidária"

Será esta frase retirada de algum documento da Andes-SN ou a declaração de um militante do PT (daqueles dos bons tempos)? Não! Trata-se do parágrafo que abre o belo prospecto do Ministério da Educação (MEC) sobre a Reforma universitária por ele proposta. Infelizmente, é muito grande a distância entre o que já está sendo implementado, os primeiros documentos balizadores da Reforma, e esta bela declaração antes mencionada.

Em primeiríssimo lugar, o prospecto trata de expansão da Universidade Pública em 400 mil vagas nas universidades federais em quatro anos (não esclarece se é nos quatro anos do governo Lula ou se vai até 2008). Se formos buscar os precedentes das políticas sociais do governo, vemos, por exemplo, o resultado pífio da Reforma Agrária, onde nem as metas reduzidas à metade do plano original são atingidas. Além disso, as seis mil contratações propostas até 2006 não substituem os oito mil professores precários, denominados substitutos, das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Assim, se a expansão houver não será compatível com a melhoria da qualidade.

O documento lançado pelo MEC para discussão, uma espécie de termo de referência para a reforma, condiciona o recebimento das verbas públicas pelas Ifes à aprovação pelo MEC de um plano de desenvolvimento de gestão. Confunde-se o controle social com o controle do governo de

"As seis mil contratações propostas até 2006 não substituem os oito mil professores precários, denominados substitutos, das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)"



"Recursos suficientes para educação, saúde, para o desenvolvimento econômico e social e cultural são incompatíveis com as restrições financeiras impostas pelo Banco Central e Ministério da Fazenda"

sua comunidade; de uma carreira docente digna e que respeite o fazer acadêmico, que acabe com as distorções salariais (onde os que fazem as mesmas coisas não ganham salários iguais), despreze o salário (fim das gratificações) e mantenha a paridade entre ativos e aposentados.

Se nós queremos uma Universidade que planeje sua ação, que integre diferentes áreas, que enfrente os problemas complexos da

sociedade nas suas múltiplas dimensões, é necessário que os recursos de pesquisa disponíveis sejam atribuídos de forma global, para que a comunidade universitária, junto com as instâncias de controle social, eleja os projetos integrados que considera relevantes, garantindo os critérios de qualidade por análise de *experts* internos e externos.

Mesmo que consigamos a reforma que queremos, sua implementação exige meios materiais e para tal é necessário alterar a política econômica *malthusiana* do governo. Recursos suficientes para educação, saúde, para o desenvolvimento econômico e social e cultural são incompatíveis com as restrições financeiras impostas pelo Banco Central e Ministério da Fazenda, com o baixo crescimento econômico e a submissão ao capital financeiro nacional e internacional.

Em recente trabalho denominado "Por um financiamento republicano da universidade" demonstramos que a regulamentação do imposto sobre fortunas, estabelecido na Constituição, poderia proporcionar recursos que permitiriam ampliar em 100% as vagas nas universidades federais. Desta forma, os principais beneficiários dos recursos humanos de alto nível que a universidade forma poderiam contribuir para o seu financiamento. Ao contrário do que vi expresso no informativo da Adufrgs "Opinião Online", nós temos que discutir sim as políticas mais gerais, caso contrário não sobrará universidade para discutir as políticas acadêmicas.

plantão. Evidentemente a Universidade deve prestar contas à sociedade e deve apresentar seus planos estratégicos às instâncias que tenham composição majoritária dos setores majoritários na sociedade (para retomar uma fórmula do ministro da Educação, Tarso Genro, quando prefeito de Porto Alegre, referindo-se à legitimidade do Orçamento Participativo).

Desta forma, podemos dizer, com segurança, que esta reforma, tal como vem se apresentando por medidas já tomadas (ProUni), projetos em tramitação (inovação científica e tecnológica) e por documentos oficiais que estão circulando, nós não queremos e vamos lutar contra.

No entanto, queremos uma reforma cujos princípios já foram historicamente e amplamente discutidos pela comunidade universitária, pelas suas entidades representativas e que a Adufrgs reiterou em assembleia geral ainda neste semestre.

Trata-se da autonomia financeira, acadêmica e de gestão; do financiamento público integral para manutenção e ampliação das Ifes, expansão da pesquisa e extensão; da gestão democrática da universidade pela

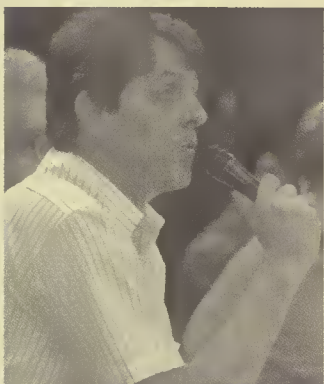
PROIFES

Fórum divide categoria

No dia 16 de outubro de 2004, um grupo de docentes de universidades federais de todo o Brasil, insatisfeitos com a atuação do Andes-SN, fundaram o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). O fato tem gerado muita polêmica dentro do Movimento Docente e manifestações contrárias vêm surgindo dos quatro cantos do País. No dia 16 de novembro, cerca de 20 professores que contestam a criação do Proifes, estiveram reunidos na sede da Adufrgs para debater o tema e definir medidas a serem tomadas no sentido de evitar um esfacelamento do Sindicato Nacional. A presidente da Adufrgs, Maria Aparecida Castro Livi, informa que a associação não é filiada ao Proifes e não existe, por enquanto, qualquer intenção de integrar o fórum. Por deliberação da assembléia do dia 11 de novembro, a Adufrgs abriu um espaço de debate sobre o tema na página eletrônica da associação (www.adufrgs.org.br). Abaixo, entrevistas com o vice-presidente do Proifes, Robson Mendes Matos (UFMG) e a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa.

O Proifes

Gualter Naves



Adverso - Como e onde surgiu a idéia do Proifes?

Robson Mendes Matos - O Proifes é uma idéia antiga dos professores da UFMG. Os docentes da UFMG têm mostrado uma grande insatisfação com a forma que a Andes vem conduzindo o Movimento Docente. Essa insatisfação surgiu por volta de 1998 e foi só aumentando até chegar ao ápice nessa última campanha salarial. Os docentes da UFMG não concordam com a política do "tudo ou nada", pois sempre acabamos com o "nada". Acreditamos no diálogo como forma de negociação. Assim, na assembléia de 23 de agosto de 2004, convocada para debater a Medida Provisória (MP) 208/04, os professores presentes iniciaram um debate de desfiliação da Andes. Por ser uma idéia extremamente polêmica, travou-se uma discussão chegando-se a uma proposta de consenso. Essa proposta consistiu na abertura de uma consulta eletrônica sobre a criação de uma entidade nacional representativa dos professores das Ifes sem uma desfiliação da Andes. A consulta eletrônica mostrou que 95% dos votantes eram favoráveis à criação dessa entidade que já estava sendo costurada com professores de outras universidades do País. O resultado dessa consulta foi então aprovado por uma assembléia presencial e encaminhamentos similares estão sendo dados por outras Associações de Docentes (ADs).

Adverso - Quais os objetivos e como se dá a participação?

Robson Matos - O objetivo do Proifes é criar um novo espaço para o debate dos problemas das Ifes, apresentando propostas concretas e objetivas. Já de imediato pretendemos entrar na discussão da Reforma do Ensino Superior proposta pelo Ministério da Educação (MEC). Acreditamos que não devemos nos furtar dessa discussão. Estaremos apresentando nossa proposta sobre a Reforma Universitária e pretendemos debater ponto a ponto a proposta do governo e a partir daí buscar uma reforma que realmente atenda aos anseios da sociedade brasileira.

Adverso - O Proifes seria um embrião de um novo sindicato nacional?

Robson Matos - De forma alguma. O que pretendemos é criar um espaço de discussão dentro das Ifes. Tanto é que as ADs que têm nos dando sustentação continuam filiadas à Andes.

As contestações



Adverso - Por que o Andes tem se posicionado frontalmente contra a criação do Proifes?

Marina Barbosa - O Andes-SN é um patrimônio dos docentes das IES e não é um exagero afirmar que é um patrimônio de todos aqueles que lutam pela democracia e são devotados à causa da educação pública. A legitimidade do Sindicato Nacional foi conquistada em mais de duas décadas de ação pública do sindicato. Essas ações abrangeram questões funcionais, econômicas, acadêmicas, políticas, entre outras. Assim, o Andes-SN conquistou um plano de carreira (PUCRCE) que depois foi estendido a diversas instituições estaduais, inclusive com aperfeiçoamentos, vitória que assegurou a necessidade de concurso público para ingresso na carreira docente. O seu protagonismo foi fundamental para muitos dos avanços na constituição, como o preceito da autonomia universitária. A sua concepção estratégica no terreno educacional levou-o a se engajar na criação do FNDEP junto com outras entidades e a se envolver profundamente na elaboração de um projeto democrático para a educação, lutando por um projeto de LDB que atendesse as necessidades do povo brasileiro. Diante da derrota desse projeto participou ativamente da realização do CONED e da elaboração do PNE-Sociedade Brasileira. Nas grandes lutas do povo brasileiro, o Andes-SN não se eximiu de suas responsabilidades, atuando ativamente pela anistia, pelas Diretas, já!, pelo impeachment de Collor, nos plebiscitos da Dívida e da Alca.

O fundamento da legitimidade do sindicato foi erigido por duas marcas indelévels da entidade: a sua autonomia frente aos governos, partidos e credos religiosos e pela democracia praticada na entidade. Somos um sindicato que construiu um projeto para a universidade brasileira a partir da deliberação de suas seções sindicais, em debates públicos e esclarecidos. A Diretoria Nacional é tão somente executiva, não podendo definir a política do sindicato, uma atribuição exclusiva das bases representadas nos espaços de deliberação da entidade: os congressos e conselhos nacionais. Somos provavelmente a única entidade sindical nacional cuja diretoria é eleita diretamente pelos sindicalizados. Em suma, o Andes-SN não admite ser uma correia de transmissão de governos e partidos e isso sempre causa muito descontentamento, em especial aos governos que implementam políticas contra a educação pública de qualidade. O Andes-SN é uma voz que não se cala frente ao poder. Em consonância com nossa concepção de universidade, entendemos que o direito à crítica é um

valor que não podemos abrir mão, mesmo que isso desagrade aos governos.

No exercício das funções sindicais ao longo dos anos foram criados setores para encaminhamento de questões mais específicas de interesse dos docentes e das instituições, como o das Particulares, das Estaduais e das Federais. Esses setores se reúnem regularmente com o objetivo de melhor dirigir a ação sindical. Por isso, um debate franco e ético sobre o Setor das Federais deveria ter como referência o funcionamento desse setor. Nenhuma entidade pode estar acima da crítica. Se houvesse honestidade de propósitos, os proponentes dessa entidade teriam aberto um debate verdadeiro no setor, propondo sugestões etc. Contudo, esse não é o objetivo dos que patrocinam essa entidade.

O que pretende o Proifes? Conforme depreende-se de seus documentos, objetiva criar uma nova entidade para representar sindicalmente os docentes do Setor das Federais. É uma entidade constituída pelos que foram derrotados nas urnas na eleição para a diretoria nacional e que, conforme as informações disponíveis, não se pautam pelos valores da autonomia frente ao governo e da democracia, visto que a forma de escolha de seus dirigentes, a forma de elaboração de seus estatutos e de sua agenda política foram definidas intra-muros, não podendo ser reconhecida como democrática e legítima. Assim, em suma, o Andes-SN é a favor da livre organização dos trabalhadores, mas não pode se furtar de combater uma entidade que opera a partir de objetivos definidos por instâncias que a maior parte dos docentes não conhece e reconhece a legitimidade. O fato do Ministro da Educação se apressar a reconhecer essa nova entidade é muito significativo, em especial em um contexto em que o MEC está contrariado com o posicionamento do Andes-SN em defesa da Universidade Pública. O fato do Andes-SN ter denunciado de modo rigoroso os propósitos privatistas do governo certamente contribuiu para que o governo incentivasse a criação de uma entidade que lhe fosse dócil e subserviente.

Adverso - O que o Sindicato Nacional pretende fazer?

Marina Barbosa - Essa questão está sendo discutida nas instâncias deliberativas do sindicato. Estamos solicitando esclarecimentos sobre o grau do envolvimento do MEC na criação dessa entidade. Isso é algo grave pois fere profundamente os preceitos da OIT sobre a não ingerência governamental nos sindicatos. Tudo isso se torna mais preocupante quando temos uma dita reforma sindical que hipertrofia o poder da burocracia sindical e favorece o estilhaçamento das organizações. O Andes-SN se constituiu como um grande sindicato nacional por meio do debate nas bases. Esse será o nosso caminho! Os docentes de todas as facções que prezam a universidade pública sabem que um sindicato sem autonomia frente aos governos é uma instituição de fantoches e não irão compactuar com isso.

CICLOS

Uma experiência que merece ser observada

A chamada Escola Cidadã, organizada por ciclos, vem sendo criticada desde sua implantação, inclusive por muitos professores que, segundo especialistas na área da educação, provavelmente não aprenderam na universidade a lidar com as diferenças e vêem a reprovação como uma arma para controlar a rebeldia da criançada. Pesquisadores defendem que não se pode afirmar que a experiência da organização por ciclos não deu certo, tendo em vista o curto prazo de seu funcionamento, mas que já é possível pensar em ajustes. Quem abraçou a causa, garante ter obtido resultados brilhantes, levando-se em conta as limitações de cada aluno. Os que até hoje acreditam na reprovação como estímulo à aprendizagem podem vislumbrar no próximo governo municipal, tomando como base algumas afirmações de campanha, a oportunidade de contar novamente com este instrumento de sanção.

Maricélia Pinheiro

Bruna, 9 anos, nunca havia sentado nos bancos de uma escola e sequer sabia manusear lápis e papel. Vivendo em situação de risco, a menina foi encaminhada, em março de 2004, à Escola Municipal de Ensino Fundamental Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, na Vila Morro Alto, região Sul de Porto Alegre. Passados oito meses, Bruna já está alfabetizada e freqüenta o segundo ano do primeiro ciclo, estando apenas um ano atrás dos colegas de sua idade, que vivenciam o cotidiano escolar, pelo menos, desde os seis anos.

Eduardo, 20 anos, abrigado na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase/RS) e portador de um transtorno global de desenvolvimento, aprendeu a ler e escrever. O jovem, que em princípio não teria qualquer perspectiva de sucesso, tomou gosto pela leitura, tanto que se engajou no projeto "Contadores de História" e está até escrevendo um livro: "O Robô Apaixonado". Com a ajuda da colega Luciana, 11 anos, ele consegue recontar as histórias que lê, usando, inclusive, recursos gestuais.

As histórias de Bruna e Eduardo poderiam ser muito diferentes se eles fossem inseridos no sistema de ensino tradicional, onde quem não atinge o mínimo de pontos para passar à série seguinte vai ficando para trás, até desistir. Além disso, no excludente sistema seriado o fracasso é sempre atribuído ao aluno, nunca à escola ou ao professor. Na rede municipal de Porto Alegre, que adotou o modelo de organização por ciclos em 1995, Bruna e Eduardo encontraram "um lugar ao sol", porque um dos princípios básicos do sistema é respeitar as diferenças e o tempo de cada um.

O sistema por ciclos, ao abolir a reprovação, tem como meta manter o aluno na escola, ajudando-o a superar as dificuldades de aprendizado com as chamadas Turmas de Progressão, os Laboratórios de Aprendizagem e outros recursos. Muitos desses alunos, garantem as professoras, são oriundos da rede seriada, onde não conseguiram sucesso. A maioria consegue recuperar o tempo perdido e acompanhar as crianças da mesma faixa etária. E nos casos específicos, como o de Eduardo, explica a diretora da Gilberto Jorge, Maria Rosângela Monteiro, ao concluir o Ensino Fundamental, é emitida uma Certificação Diferenciada onde constará que o aluno sofre de um transtorno global de desenvolvimento.

Um sistema inovador

Maria Bernadette Castro Rodrigues e Maria Luisa Merino Xavier, professoras e pesquisadoras da Ufrgs, têm dedicado os últimos anos ao estudo do sistema por ciclos, que consideram inovador e com muito mais reflexos positivos que negativos. Em artigo intitulado "A Organização do Ensino por Ciclos na Rede Municipal de Porto Alegre: reflexões sobre algumas assertativas", elas desmontam uma a uma as afirmações repetidas inúmeras vezes pelos críticos

deste sistema. Sobre a de que alunos terminam o Ensino Fundamental mal sabendo ler e escrever, as pedagogas garantem que trata-se de casos isolados, que envolvem jovens e crianças com sérios problemas familiares, baixa auto-estima e até deficiência mental. O fato desnuda uma verdade: se não se encontra alunos assim na escola seriada é porque já foram excluídos, colocados sob o risco de viver na marginalidade.

O artigo diz ainda que dados recentes do SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico - INEP/MEC) confirmam a pouca qualificação do ensino fundamental oferecido pelas escolas brasileiras, organizadas em sua grande

Aos críticos fica a pergunta: a reprovação eleva a qualidade do ensino? Pesquisas indicam que não e atestam, ainda, que ela está diretamente associada à evasão escolar. Em um trecho do artigo, as autoras questionam: "Face aos estudos existentes sobre o tema, não parece contraditório a defesa da reprovação como forma de promover aprendizagens?". Maria Luisa classifica as formas de avaliação da maioria das escolas seriadas como arbitrárias, onde muitas vezes os



Maria Bernadette Castro Rodrigues e Maria Luisa Merino Xavier: "Trata-se de uma proposta que merece respeito por aqueles que defendem mudanças promotoras de inclusão e permanência dos alunos nas escolas."



maioria por séries. "Sendo o regime seriado dominante nas redes de ensino do País, não seria possível, atribuir os resultados negativos do SAEB à organização por ciclos".

A aprovação automática, chamada de não-retenção, é outro alvo de críticas ferrenhas, inclusive de partidários do PT. O argumento é sempre o mesmo: o aluno avança sem aprender. Isso não corresponde à realidade, segundo as pesquisadoras, porque no modelo organizado por ciclos, o estudante vai sendo avaliado ao longo do ano, ao mesmo tempo que recebe reforço para vencer eventuais dificuldades. É o que chamam de avaliação formativa, que "tem por objetivo promover o desenvolvimento do aluno, localizando suas necessidades e interesses para que o trabalho docente possa ser adequado e possa garantir situações favoráveis às suas aprendizagens".



Um lugar ao sol: princípio básico do sistema é respeitar as diferenças e o tempo de cada um

voltar às suas turmas de origem, ou, em caso contrário, continuar a escolarização em seu próprio ritmo", diz o artigo. Nas décadas de 60 e 70 aconteceram inúmeras iniciativas que buscavam acabar com a reprovação, quando se constatou que esta representava um dos maiores obstáculos à aprendizagem. Por motivos óbvios o momento político brasileiro naquela ocasião abortou tais iniciativas.

Maria Luisa e Maria Bernadette entendem que a organização por ciclos pode ser uma alternativa "a ser perseguida por aqueles profissionais dispostos a mudar o que vem sendo reconhecidamente constatado como insatisfatório". Elas lembram que o sistema em discussão é usado em inúmeros países europeus e que a experiência dos mesmos pode qualificar a discussão, que deveria "ser estabelecida para além de um partido político".

Pouco tempo para tanta crítica

Como o Ensino por Ciclos nas escolas municipais de Porto Alegre foi implantado há menos de uma década, as pesquisadoras consideram precipitado dizer que a experiência não deu certo. Mas o pouco tempo já teria oferecido elementos suficientes para se admitir que "trata-se de uma proposta que merece respeito por aqueles que defendem mudanças promotoras de inclusão e permanência dos alunos nas escolas e que desejam tornar estas mesmas escolas espaços de aprendizagens significativos".

Elas reconhecem que não é fácil romper com concepções e práticas arraigadas e que as mudanças não atingem da mesma forma e com a mesma intensidade todos os envolvidos no processo. Uma transformação "exige dos professores novas competências na organização da ação educativa, na organização dos espaços e tempos, ou seja, requer dos mesmos o compromisso de assumirem os desafios da mudança". Daí a importância do trabalho em equipe, que vem sendo desenvolvido em toda a rede municipal de Porto Alegre.

Fotos Clarissa Pont

Respeito aos ciclos da vida

A organização por ciclos, de acordo com as pesquisadoras, procura respeitar os ciclos da vida, divididos em infância, pré-adolescência e adolescência, e o projeto pedagógico é construído coletivamente a partir de uma pesquisa sócioantropológica na comunidade. De acordo com o artigo, "esta forma de organização do tempo escolar permite uma atenção maior à aprendizagem do que ao ensino, uma vez que há uma ruptura com as etapas anuais; favorece uma abordagem construtivista de aprendizagem; promove maior responsabilidade coletiva dos professores; permite uma maior continuidade e coerência com as propostas pedagógicas; a prática avaliativa assume uma perspectiva formativa; permite uma maior flexibilidade quanto ao atendimento diferenciado aos alunos; a organização do tempo escolar proposta favorece um ensino voltado para o 'pensar'; impõe uma organização do ambiente de acordo com o princípio de que todo o aluno é capaz de aprender e ainda, de que o aluno é parte importante na produção de seu conhecimento".

Apesar de defenderem a organização por ciclos munidas de inúmeros argumentos, as educadoras admitem que o tempo de experiência já permite propor alguns ajustes, como aumentar a autonomia das escolas, respeitar as peculiaridades de cada uma e ampliar o diálogo com os professores e com a comunidade. Elas ressaltam, no entanto, que a opção política do professor faz muita diferença, porque, provavelmente, quem tem uma formação política de direita terá enormes dificuldades em se adaptar ao sistema, que pressupõe relações mais abertas e democráticas. Diante de um sistema seriado que apresenta inúmeros problemas, a "organização por ciclos é uma alternativa muito interessante para se observar e merece respeito e tempo para ser aprimorada".

Fogaça: “A maior preocupação com a política de educação deve ser o aprendizado”

O jornal Adverso ouviu o prefeito eleito José Fogaça (PPS) sobre o que pretende mudar no sistema educacional organizado por ciclos, já que o tema foi alvo de muitas críticas por parte do então candidato durante a última campanha eleitoral.

Adverso - Durante a campanha, o senhor afirmou que modificaria o sistema municipal de educação e que uma das práticas a ser eliminada seria a aprovação automática. A Prefeitura pretende voltar com a reprovação?

José Fogaça - O que afirmei durante a campanha eleitoral foi que a maior preocupação com a política de educação deve ser o aprendizado do aluno. Defendi que a organização por ciclos deve ser um modelo que permita aos alunos o acesso ao saber, que estes alunos alcancem os conhecimentos, habilidades e adquiram a consciência cidadã, dentro dos parâmetros fixados pelo modelo curricular previamente debatido com a comunidade escolar. Não entendo como correto um modelo de organização curricular cujo objetivo seja apenas o de não reprovar. Cada unidade escolar terá autonomia pa-

ra definir seu modelo pedagógico e seu método de organização curricular.

Adverso - Que tipo de mudança estrutural e curricular a Escola Cidadã deve sofrer?

Fogaça - A verdadeira escola cidadã é aquela que prepara o aluno para a vida, para o trabalho e para o conhecimento dos seus direitos e responsabilidades coletivas. Esta escola ainda precisa ser construída em Porto Alegre.

Adverso - A questão será debatida com a comunidade escolar e com a sociedade?

Fogaça - Sim. Nossa proposta é a gestão democrática do ensino. Aliás, uma das críticas durante a campanha eleitoral foi a imposição do sistema de ciclos, por parte do governo do PT, sem que a comunidade pudessem optar por outras alternativas pedagógicas.

GILBERTO JORGE

Escola foi conquistada pela comunidade

Em meados da década de 80, a Escola Estadual Pa-raíba, que funcionava no mesmo local onde hoje está instalada a Gilberto Jorge, foi transferida para a parte de baixo do morro, coincidentemente para uma área próxima a condomínios fechados de classe média que vinham sendo construídos. Revoltados, os moradores da Vila Morro Alto ocuparam o espaço da antiga escola, passaram a cuidar da limpeza e preparar a merenda escolar, com o apoio de um grupo de professores que continuaram a lecionar para os alunos pobres do local. A pressão foi tanta, que o então prefeito Alceu Collares decidiu fundar ali uma nova escola, que atenderia à comunidade do alto do morro e ganharia o nome do brilhante professor Gilberto Jorge. Negro e oriundo da classe baixa, mesmo sofrendo forte discriminação racial, ele se destacou no magistério público tendo, inclusive, publicado vários livros.

Segundo a orientadora pedagógica da Gilberto Jorge, Suzana Moreira Pacheco, mesmo antes da implantação dos ciclos, a escola já se diferenciava das demais por ter adotado um projeto pedagógico inovador, onde os professores compartilhavam as tarefas e tinham como meta principal garantir o sucesso de cada aluno, fosse através das aulas tradicionais ou de formas alternativas de aprendizagem. O corpo docente, conta a orientadora, tomou para si a responsabilidade de garantir o aprendizado, respeitando as diferenças. E mais: foram em busca de informações sócio-antropológicas do local para, conhecendo melhor a realidade dos alunos, inserir o cotidiano nas atividades pedagógicas.

A escola virou referência em pouco tempo, tanto que passou a receber crianças de outras comunidades, inclusive de classe média, que não haviam conseguido se adaptar às escolas tradicionais. Quando por fim foi implantado o sistema de ciclos na Gilberto Jorge, em 1998 (a implantação foi gradativa, de 1995 a 2000), as propostas da equipe ganharam força. "A organização por ciclos veio favorecer a aplicação de nosso projeto", ressalta Suzana.

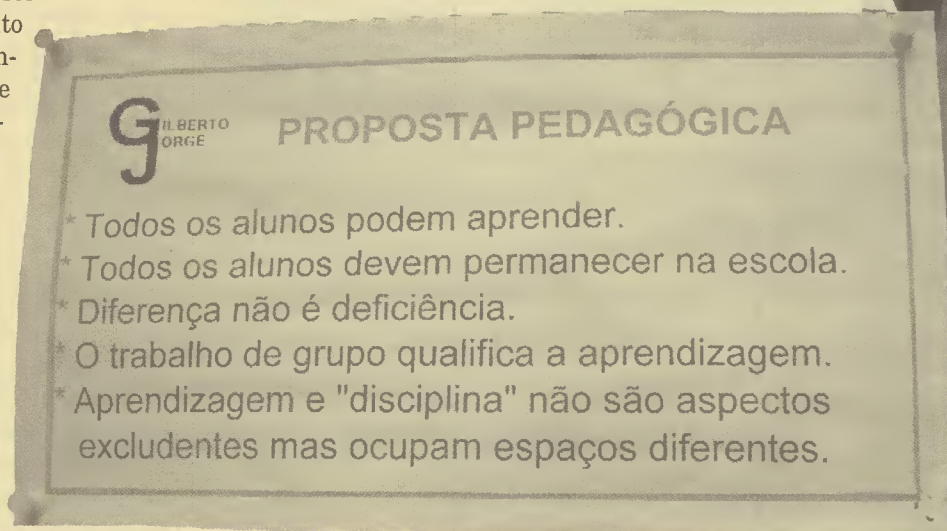
Para a pedagoga, a maior vantagem do sistema é a mobilidade, que permite movimentar o aluno de turma para turma, dependendo da necessidade pessoal de cada um, e até negociar a cada semestre quais disciplinas eles preferem aprender, desde que no seguinte as demais sejam repostas de acordo com a lei. A primeira inovação é proposta pelo "Projeto Movimentando as Diferenças" e a segunda faz parte do "Projeto Organização de Tempos e Espaços na Escola", que visa aproveitar a boa vontade e o momento oportuno para assegurar um melhor aprendizado.

Na Escola Cidadã, que tem como objetivo formar seres pensantes e reivindicadores de seus direitos, a matemática e o português, supervalorizados no ensino tradicional, têm o mesmo peso da educação física, da arte e da dança. Na Gilberto Jorge, em especial, "o aluno é de todos os professores", garantem Maria Rosângela e Suzana Pacheco, que estão em discussão permanente sobre a prática pedagógica adotada e tratam dos casos isolados de alunos com dificuldades um a um, buscando juntos as possíveis soluções.

Nas Turmas de Progressão, por exemplo, os professores estavam vivenciando muitos problemas relacio-

nados à rebeldia dos adolescentes. Então descobriram temas que lhes despertavam o interesse, como o namoro, e passaram a trabalhar em cima de textos de Shakespeare. Os alunos, relata Suzana Pacheco, melhoraram significativamente o comportamento, tornaram-se mais dóceis e interessados, chegando ao ponto de se envolverem em trabalhos investigativos.

Outro segredo do sucesso, conta a diretora Maria Rosângela, é a relação estreita com a família e com a comunidade, que têm no pátio da escola o único espaço de lazer, o que faz com que a Gilberto Jorge abra as portas



também nos finais de semana e feriados. Um terreno vizinho, que estava sem qualquer utilidade, foi solicitado pela direção da escola para o plantio de verduras, legumes e hortaliças. E são as próprias mães que cuidam da horta, o que lhes garante uma pequena renda, enquanto a escola compra boa parte da produção que é usada no preparo da merenda escolar.

Críticas

Mas as educadoras que coordenam a Gilberto Jorge também tecem críticas. Não à idéia do sistema por ciclos, mas ao rumo equivocado que algumas escolas têm tomado, por se desviarem de princípios básicos. Como o sistema permite que cada escola monte o seu projeto pedagógico e currículo, o que se observa, segundo Suzana, é uma tendência em algumas de se criar "especialistas em Turmas de Progressão". Isso significa que se um professor acerta com aquela turma, fica fadado a fazer exclusivamente aquilo, não dando oportunidades a outros de tentarem aprender com a experiência. Elas defendem que a responsabilidade deve ser dividida entre toda a equipe, para evitar, inclusive, que as Turmas de Progressão se tornem "um gueto", ou "a vilã" do sistema por ciclos e que os professores que estão à frente delas tenham que buscar sozinhos as soluções para os impasses que vão surgindo.

A proposta do sistema por ciclos exige também mais recursos humanos, já que pressupõe a figura do professor itinerante, aquele que atende à parte os alunos com defasagem no aprendizado. Embora eles existam na prática, há um consenso de que não seriam suficientes, assim como outros profissionais especializados. Mas no caso específico da Gilberto Jorge, o que se observa é um espírito de doação ímpar entre os professores, que os impulsiona a superar as dificuldades e lhes proporciona uma alegria indisfarçável ao observar a evolução de alunos como Eduardo e Bruna.



Solidários: objetivo é descobrir temas que despertem o interesse de crianças como Luciana, que se destaca pela solidariedade com os colegas

O novo governo

Embora admitam que um novo governo sempre pode trazer coisas novas e positivas, Suzana e Maria Rosângela, esquivando-se um pouco de tomar qualquer posição política, confessam que temem pelo futuro da Escola Cidadã. A proposta do prefeito eleito, José Fogaça, de implantar turno integral nas escolas, por exemplo, é vista como incompatível com o funcionamento do sistema por ciclos. Isso porque atualmente o espaço físico da escola já é utilizado nos dois turnos, com turmas regulares, aulas extras de reforço e projetos culturais. Para manter as atividades e criar turno integral, os espaços deveriam ser, no mínimo, duplicados.

Outro aspecto negativo observado pelas educadoras é o caráter paternalista da proposta. As crianças carentes receberiam toda a assistência na escola, durante todo o dia, mas à noite e nos finais de semana iriam para casa, vivenciar todos os problemas familiares. E quando saíssem da escola? Que mundo encontrariam lá fora? Seria como protegê-las em uma redoma de vidro até os 15 anos e depois "lavar as mãos". Para Rosângela e Suzana, a escola tem o dever de fortalecer o entorno de onde está localizada, manter estreito contato com as famílias e se engajar nas lutas gerais da comunidade, para que a educação atravesse os portões da escola e tome as ruas e casas.

Elas não escondem um pequeno temor de que os ciclos sejam esvaziados na próxima gestão, e o que é pior, com o respaldo de uma parcela significativa de professores, justamente aqueles que não conseguiram se adaptar ao sistema ou mesmo resistem à idéia, seja por limitações em decorrência da formação universitária ou por posições políticas contrárias. Ainda assim, Rosângela e Suzana alimentam a esperança de que o novo governo "sente para conversar" e promova debates envolvendo toda a comunidade antes de tomar decisões. Caso a rede municipal volte a ser seriada, as pedagogas acreditam que seja possível dar continuidade ao projeto da Gilberto Jorge e garantem que vão lutar por isso, assim como os pais e professores que em meados da década de 80 "fincaram pé" e não deixaram que a escola descesse o morro.

A Lei da Inovação e as Universidades Públicas Brasileiras, uma equação com muitas incógnitas

Recentemente foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3476 de 2004, estabelecendo medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação, à autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País. A chamada Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica contempla estímulos à construção de ambientes especializados e cooperativos envolvendo a participação das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT)¹ no processo de inovação bem como estímulos à inovação nas empresas e ao inventor independente; a versão modificada da Lei, contendo alterações propostas pela Câmara Federal, tramita presentemente no Senado da República².

É claro que políticas de inovação tecnológica, amparadas em lei, são fundamentais pois poderão criar ambientes institucionais multifacetados propícios para o incremento do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Iniciativas como estas, contando com a participação integrada entre as universidades, os centros de pesquisa, os institutos científicos e tecnológicos, as empresas, os setores de serviço, agropecuários e agropastoris, bem como os Governos municipais, estaduais e federal poderão melhorar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira.

E estas são certamente as razões que motivaram a elaboração, por parte do Governo Federal, do projeto da Lei de Inovação, como expressam as declarações do ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Eduardo Campos. Segundo o Ministro, "a lei de inovação permitirá que o conhecimento acumulado nas instituições de pesquisa seja oferecido à economia brasileira, para melhorar a produtividade e a capacidade de competir com o mercado global".

As palavras do ministro refletem o desejo, que é o de todos, a de que a integração entre os distintos atores que participam das ações criativas que levam à geração e à disseminação do conhecimento e do saber nos campos da ciência, tecnologia e inovação resulte, por meio de projetos de inovação tecnológica, no desejável desenvolvimento de novos produtos e novos processos, essenciais para a inserção definitiva da nação brasileira no contexto geopolítico mundial, de forma soberana e socialmente comprometida.

Há que se destacar porém que, do ponto de vista dos setores empresariais e das Instituições Públicas de Ensino Superior, muito ainda deve ser realizado para a consecução dos objetivos a que a Lei se propõe.

Os empresários freqüentemente reafirmam as dificuldades com que se deparam em suas atividades devido aos pesados impostos e a uma carga tributária complexa tendo ainda como pano de fundo altas taxas de juros. Isto poderia explicar em parte porque os indicadores econômicos relativos às empresas de capital privado revelam a insuficiência de seus dispêndios em pesquisa e desenvolvimento bem como de sua capacidade de absorção de egressos da pós-graduação brasileira.



Poderia explicar também, embora ainda que de maneira parcial, porque a lógica do empresariado brasileiro não está ainda em consonância com as necessidades da pesquisa nacional, optando este setor, com uma freqüência maior do que a desejável, por importar tecnologia pronta do exterior, ao invés de apostar no desenvolvimento desta tecnologia no País.

Sensível a estes argumentos, parte substantiva das proposições da Lei refere-se a medidas de benefício direto às empresas.

Dentre estas medidas destacamos aquelas que se referem à constituição de fundos de investimentos voltados ao fomento da inovação tecnológica (artigo 23) e à participação das ICT nos lucros em projetos que

envolvam estas e empresas privadas (artigo 13). E, embora ainda carecendo de um maior detalhamento do seu grau de abrangência, há uma proposta de tratamento preferencial na aquisição de bens e serviços a ser dado às empresas que realizarem investimentos em Ciência e Tecnologia no País. Estes investimentos devem ser previstos nas licitações públicas que envolvam estas empresas, ficando ainda estabelecido um prazo de 120 dias para que o Governo Federal estabeleça um regime fiscal que contemple este tratamento preferencial. Com respeito aos Fundos de Investimento, a Lei contempla garantia de um percentual mínimo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para subvenção da capacitação e autonomia tecnológica de áreas definidas como estratégicas para o desenvolvimento do País³.

As Universidades Brasileiras, em especial as Instituições Públicas de Ensino Superior, geram conhecimentos e saberes, desenvolvem pesquisa e formam recursos humanos altamente qualificados e reafirmam a necessidade de maior estímulo governamental para a materialização de sua vocação mais nobre, a de contribuir de maneira decisiva para a evolução sócio-econômica do País. Neste campo, as Instituições Federais de Ensino Superior enfrentam ainda dificuldades operacionais em razão da ainda não bem definida autonomia universitária prevista em Lei.

E o Governo Federal demonstrou sensibilidade a estes argumentos, incluindo na Lei da Inovação alguns aspectos a seguir enumerados que demonstram isto.

O artigo 3º da Lei, por exemplo, expressa que a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores.

O artigo 6º representa outro exemplo interessante neste sentido pois expressa que é facultado à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

Há entretanto alguns aspectos da lei que merecem, do ponto de vista das Universidades Públicas, especial atenção em vistas das consequências que poderão advir para estas instituições caso tais aspectos permaneçam no Senado com a mesma redação do projeto referido.

Tendo estes aspectos em mente, um dos pontos controversos da Lei refere-se ao seu artigo 4º, que estabelece que as ICT poderão, mediante remuneração, compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com empresas e empresas. Este compartilhamento, por um lado possibilitaria a melhoria da relação entre as instituições geradoras do conhecimento e o setor empresarial, condição esta fundamental para a consolidação de um sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI). Na mesma linha, o art. 19º expressa que a União, as ICT e

as agências de fomento promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infra-estrutura, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional.

Entretanto, de outra feita, — embora a Lei expresse com respeito ao artigo 4º que tal permissão não deva interferir diretamente na sua atividade fim, nem com ela conflite —, este compartilhamento poderia gerar na prática o desvirtuamento da função primordial das ICT, que é a de promover a pesquisa fundamental e aplicada nestas instituições. E idêntico raciocínio pode ser aplicado às implicações do artigo 19º.

Parece-nos portanto mais adequado, com respeito a estes aspectos, propor também que a União incentive as empresas a investir diretamente em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica por meio de incentivos fiscais por meio da criação de institutos de pesquisa e desenvolvimento voltados primordialmente a esta finalidade.

Outro aspecto controverso da Lei se refere ao artigo 5º. Este artigo expressa que são a União e suas entidades autorizadas a participar,

Além de também poder gerar, na prática, o desvirtuamento da função primordial das ICT, anteriormente citado, que é a de promover a pesquisa fundamental e aplicada nestas instituições, este aspecto da Lei não leva em conta que parte expressiva das pesquisas realizadas nas

ICT não tem como objetivo o interesse comercial. Este aspecto da Lei

poderá criar classes antagônicas e divergentes de pesquisadores nas ICT, aqueles que realizam pesquisa voltada ao mercado, — e que teriam assim maior disponibilidade de recursos para seus estudos —, e aqueles que não realizam pesquisa com tal fim.

E, embora possa servir de estímulo à criação de empresas de base tecnológica, este aspecto de risco do desvirtuamento da finalidade das ICT fica mais evidente nos artigos 14º, que

expressa que para a execução do disposto nesta Lei, ao pesquisador público é facultado o afastamento para prestar colaboração a outra ICT e 15º que diz que, a critério da Administração Pública, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação. Estes aspectos da Lei poderiam originar a não desejável evasão de pesquisadores qualificados e experientes das Universidades Públicas, pois a reposição qualificada



“ Este aspecto da Lei poderá criar classes antagônicas e divergentes de pesquisadores nas ICT, aqueles que realizam pesquisa voltada para o mercado, — e que teriam assim maior disponibilidade de recursos para seus estudos —, e aqueles que não realizam pesquisa com tal fim ”

minoritariamente, do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores; a Lei estabelece ainda, em seu parágrafo único, que a propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação. Este é um aspecto particularmente controverso, pois pairam dúvidas na Comunidade Acadêmica se cabe à União participar, mesmo que minoritariamente, do capital de empresas privadas, agravado este aspecto com o fato da União direcionar recursos financeiros, que poderiam ser aplicados em CTI, para tal fim.

O artigo 8º necessita também de análise mais cuidadosa, pois prevê que é facultado às Instituições de Ciência e Tecnologia prestar serviços a instituições públicas ou privadas, podendo para isto receber remuneração financeira. Ademais, em seu § 2º, a Lei expressa que o servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no caput poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.

destes profissionais é uma tarefa de médio e longo prazo.

Nesta manifestação nos referimos explicitamente a apenas alguns artigos da Lei de Inovação, — talvez os mais polêmicos —, que demonstram a necessidade de uma análise mais cautelosa sobre as implicações da lei em questão, embora outros artigos da lei também mereçam uma análise mais rigorosa quanto a suas implicações.

No campo da matemática, geralmente a solução de uma equação de muitas incógnitas só existe caso condições subsidiárias sejam impostas.

A Lei da Inovação contempla por sua vez aspectos controversos e complexos. E estes aspectos dizem respeito particularmente a suas implicações para as Instituições Públicas de Ensino Superior. Estes aspectos representam incógnitas de uma equação que necessita de condições subsidiárias para a sua solução, condições estas que possibilitem, urgentemente, a solução do problema da inserção mais competitiva do País, de maneira soberana, no contexto econômico mundial. Condições estas que fortaleçam as ações dos diferentes agentes que atuam na tríade Ciência, Tecnologia e Inovação em benefício da nação.

Esta é a nossa expectativa e o nosso desejo. E certamente esta é a expectativa e o desejo da Sociedade Brasileira.

PORTO ALEGRE: Economia solidária vai abastecer FSM

Marco Aurélio Weissheimer

A economia solidária e a autogestão serão duas das experiências que devem fazer parte do cotidiano dos participantes da quinta edição do Fórum Social Mundial, que será realizada de 26 a 31 de janeiro, em Porto Alegre. Nos próximos dias, cerca de 560 trabalhadores, associados a empreendimentos de economia popular solidária do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, começarão a confeccionar 60 mil bolsas de algodão que serão distribuídas aos participantes do encontro. A produção das bolsas envolverá uma rede de empresas, cooperativas e grupos autogestionários. A idéia é colocar em prática as idéias e princípios do Fórum desde sua organização, constituindo assim um espaço concreto de construção de alternativas.

Os fios, por exemplo, serão fornecidos pelos associados da Cooperativa Nova Esperança, formada a partir da falência de uma empresa no município de Nova Odessa, em São Paulo. A transformação dos fios em tecido ficará a cargo da Coopertêxtil, de Santo André (SP), que produzirá cerca de 15 mil metros de tecido. Esse material, por sua vez, será trabalhado por costureiras e serigrafistas da região Sul do Brasil. A finalização e confecção das bolsas será feita, em sua maioria, por empreendimentos localizados no Rio Grande do Sul, distribuídos entre as cidades de Porto Alegre, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha, Ijuí, Caxias do Sul e Santa Maria. Dois grupos de Santa Catarina e outros dois do Paraná também participarão desse trabalho.

Cerca de 95% dos integrantes desses grupos é constituído por mulheres. Uma das cooperativas envolvidas no trabalho, a Univens, criada há 9 anos em Porto Alegre, participa do FSM desde o início, através de oficinas e da comercialização de seus produtos. Conforme decisão dos organizadores do evento, o atendimento das demandas das obras, serviços e produtos para o FSM 2005 priorizará esses empreendimentos de economia popular solidária. Já foram organizados seis segmentos nas áreas de confecção e vestuário, serviços, reciclagem, artesanato, alimentação e abastecimento. A regulação de toda a atividade econômica do Fórum também será regida por princípios da economia solidária, como associativismo, consumo ético, comércio justo e respeito ao meio ambiente.

O grupo de cooperativas que trabalha na confecção das sacolas propôs a realização de uma atividade que debaterá a construção da cadeia do algodão orgânico da economia solidária. O encontro pretende discutir todos os estágios de produção, desde o fornecimento de algodão orgânico por agricultores assentados até o aproveitamento de pigmentos naturais utilizados por indígenas do Mato Grosso do Sul. Os organizadores pretendem articular todos os segmentos da cadeia do algodão orgânico, garantir renda aos produtores e aumentar a oferta de um produto ainda escasso no mercado brasileiro. Embora o mercado interno ainda seja restrito, o externo já apresenta uma demanda bem maior, o que exige porém uma melhor organização dos produtores.

Os interessados em obter maiores informações podem fazer contato com a Comissão Executiva de Economia Solidária do 5º FSM, através do correio eletrônico eps@fsm2005.softwarelivre.org ou pelos telefones (051) 3289-1783 e 3289-1704.

1. No projeto, seus propositores definem como Instituição Científica e Tecnológica (ICT), órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

2. O atual texto do Projeto de Lei contempla na realidade modificações ao projeto originalmente encaminhado ao congresso sob numeração 7202 de 2002. Presentemente, o projeto foi encaminhado ao Senado, com as propostas de alterações da Câmara Federal, sob nova numeração (nº 49 de 2004) sob responsabilidade do senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Após, terá de passar ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, onde também são analisadas leis federais voltadas para as questões da ciência e da tecnologia.

3. De acordo com o deputado Ricardo Zarattini (PT-SP), estas áreas seriam as de semi-condutores, softwares, bens de capital, fármacos e medicamentos).



A estética do frio*

por Vitor Ramil

...Em Copacabana, num dia muito quente do mês de junho (justamente quando começa o inverno no Brasil), eu tomava meu chimarrão e assistia, em um jornal na televisão, à transmissão de cenas de um carnaval fora de época, no Nordeste, região em que faz calor o ano inteiro (o carnaval brasileiro é uma festa de rua que acontece em todo o país durante o verão). As imagens mostravam um caminho de som que reunia à sua volta milhares de pessoas seminuas a dançar, cantar e suar sob sol forte. O âncora do jornal, falando para todo o país de um estúdio localizado ali no Rio de Janeiro, descrevia a cena com um tom de absoluta normalidade, como se fosse natural que aquilo acontecesse em junho, como se o fato fizesse parte do dia-a-dia de todo brasileiro. Embora eu estivesse igualmente seminu e suando por causa do calor, não podia me imaginar atrás daquele caminho como aquela gente, não me sentia motivado pelo espírito daquela festa.

A seguir, o mesmo telejornal mostrou a chegada do frio no Sul, antecipando um inverno rigoroso. Vi o Rio Grande do Sul: campos cobertos de geada na luz branca da manhã, crianças escrevendo com o dedo no gelo depositado nos vidros dos carros, homens de poncho (um grosso agasalho de lã) andando de bicicleta, águas congeladas, a expectativa de neve na serra, um chimarrão fumegando tal qual o meu. Seminu e suando, reconheci imediatamente o lugar como meu, e desejei estar não em Copacabana, mas num avião rumo a Porto Alegre. O âncora, por sua vez, adotara um tom de quase incredulidade, descrevendo aquelas imagens do frio como se retratassem outro país (chegou a defini-las como de "clima europeu").

Aquilo tudo causou em mim um forte estranhamento. Eu me senti isolado, distante. Não do Rio Grande do Sul, que estava mesmo muito longe dali, mas distante de Copacabana, do Rio de Janeiro, do centro do país. Pela primeira vez eu me sentia um estrangeiro em meu próprio território nacional; diferente, separado do Brasil. Eu era a comprovação de algo do qual não me julgara, até então, um exemplo: o sentimento de não ser ou não querer ser brasileiro tantas vezes manifesto pelos rio-grandenses, seja em situações triviais do cotidiano, seja na organização de movimentos separatistas.

A sério ou de brincadeira, sempre se falou muito no Rio Grande do Sul em termos um "país à parte" (nossa bandeira atual é a mesma de quando os revolucionários farroupilhas separaram o estado do resto do país. Vale no entanto dizer que, apesar da imagem que ficou para



Ana Ruth Miranda

a história, os farroupilhas não eram separatistas no início de seu movimento). Por ter sempre acreditado que entre falar e sentir havia uma distância enorme, a realidade do meu sentimento era agora perturbadora. Significava que eu não precisava sair à rua pregando o separatismo: eu já estava, de fato, separado do Brasil.

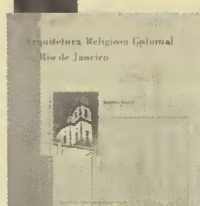
....Um carnaval acontecer e ser noticiado com tanta naturalidade em pleno junho me levou a pensar nas regiões do "calor" brasileiro, sua gente e seus costumes, e a conectá-las com cotidiano do Rio de Janeiro. O espírito da festa podia não repercutir em mim, mas certamente repercutia na maior parte da minha vizinhança carioca e Brasil acima. Apesar de toda a diversidade, eu via no Brasil tropical (generalizo assim para me referir ao Brasil excetuando sua porção subtropical, a Região Sul) linguagens, gostos e comportamentos comuns como sua face mais visível. Sua arte, sua expressão popular trazia sempre como pano de fundo o apelo irresistível da rua, onde o múltiplo, o variado, a mistura que a rua evoca ganhavam forma, sendo a música e o ritmo invariavelmente um convite à festa, à dança e à alegria de uma gente expansiva e agregadora. Havia, de fato, uma estética que se adequava perfeitamente ao clichê do Brasil tropical. E se não se poderia afirmar que ela unificava os brasileiros, uma coisa era certa: nós, do extremo sul, éramos os que menos contribuíamos para que ela fosse o que era. O que correspondia tão bem à idéia corrente de brasilidade, falava de nós, mas dizia muito

pouco, nunca o fundamental a nosso respeito. Ficava claro porque nos sentíamos os mais diferentes em um país feito de diferenças.

Se minha identidade, de repente, era uma incerteza, por outro lado, ao presenciar as imagens do frio serem transmitidas como algo verdadeiramente estranho àquele contexto tropical (atenção: o telejornal era transmitido para todo o país) uma obviedade se impunha como certeza significativa: o frio é um grande diferencial entre nós e os "brasileiros". E o tamanho da diferença que ele representa vai além do fato de que em nenhum lugar do Brasil sente-se tanto frio como no Sul. Por ser emblema de um clima de estações bem definidas – e de nossas próprias, íntimas estações; por determinar nossa cultura, nossos hábitos, ou movimentar nossa economia; por estar identificado com a nossa paisagem; por ambientar tanto o gaúcho existência-quase-romanesca, como também o rio-grandense e tudo o que não lhe é estranho; por isso tudo é que o frio, independente de não ser exclusivamente nosso, nos distingue das outras regiões do Brasil. O frio, fenômeno natural sempre presente na pauta da mídia nacional e, ao mesmo tempo, metáfora capaz de falar de nós de forma abrangente e definidora, simboliza o Rio Grande do Sul e é simbolizado por ele.

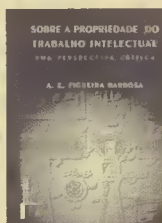
* Trecho da conferência dada pelo autor em Genebra, na Suíça, no dia 19 de junho de 2003.

ORELHA



Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro - plantas, fachadas e volumes (v. 2)
Sandra Alvim

O segundo de uma série, voltado para os principais elementos de composição do espaço. Co-edição UFRJ/MinC-Iphan/Prefeitura da Cidade do RJ. 360 páginas. R\$60,00.



Sobre a propriedade do trabalho intelectual - uma perspectiva crítica
A. L. Figueira Barbosa

Diversos textos que representam quase um quarto de século de reflexão sobre a propriedade industrial e também sobre a propriedade intelectual. Editora UFRJ. 416 páginas. R\$18,00.




Ciência e liberdade Escritos sobre ciência e educação no Brasil
José Leite Lopes


Tão importante quanto atual, esta coletânea é uma homenagem aos 80 anos de um dos maiores cientistas brasileiros vivos. Editora UFRJ. 284 páginas. R\$25,00.

WWW

Comunicação

 www.piratiniga.org.br
Site do Núcleo Piratiniga de Comunicação, organização criada para divulgar a luta dos trabalhadores e temas de interesse da classe.

Jornalismo

 www.novae.inf.br
Revista "cult", que traz matérias dos mais variados temas, escritas a partir de uma visão crítica, além de divulgar campanhas de cunho social.

"A auditoria da dívida externa é uma exigência da sobrevivência brasileira"

Por duas vezes na nossa história se tentou fazer uma auditoria na dívida externa do País, a última em 1989. Agora, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB- Federal) anuncia que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo o cumprimento da Constituição de 1988, que prevê a formação de uma comissão mista para "exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro". A proposta da OAB torna concreta a posição que vem sendo defendida por ativistas de esquerda nos últimos anos. Atualmente, a dívida pública externa do Brasil gira em torno de 235 bilhões de dólares e a dívida pública interna chega a 1 trilhão de reais. Ao final de 2004, o governo brasileiro terá pago 71 bilhões de reais somente de juros, enquanto investirá no País menos de 12 bilhões de reais. Arx Tourinho, conselheiro federal da OAB pela Bahia e relator da ação, acredita que só com uma auditoria será possível cumprir um dos principais objetivos da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Maricélia Pinheiro



Eugenio Novaes / OAB

Tourinho - "O endividamento externo dos países em desenvolvimento passa pelo mesmo procedimento escuso, tendo como tônica a corrupção de muitos e a subserviência dos governos"

AD verso - **A idéia de acionar o STF para obrigar o Congresso Nacional a realizar uma auditoria da dívida externa foi aprovada em abril. Qual a previsão de ajuizamento?**

Arx Tourinho - No momento, não há previsão de ingresso de ação, que objetiva compelir o Congresso Nacional a compor uma comissão mista, objetivando o exame pericial e analítico do endividamento externo brasileiro. Estamos atendendo solicitação da presidente do Movimento em prol da auditoria da dívida externa, deputada Clair, para que, antes do ingresso da ação, diversas entidades, inclusive a OAB, comparecessem a uma audiência com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a fim de que essas autoridades fossem sensibilizadas ao cumprimento da norma constitucional. Caso não haja êxito, a propositura pode ocorrer ainda em dezembro.

Adverso - **Qual será o tipo de ação em que se baseia e quais são as chances do STF determinar a realização da auditoria?**

Tourinho - Houve intensa polêmica quanto à melhor opção de ação a ser ajuizada. A OAB se preocupou em escolher o melhor caminho processual, decidindo, afinal, pela arguição de descumprimento de preceito fundamental, instrumento processual novo em nossa ordem jurídica, criado pela vigente Constituição Federal, conforme exposto por nós em dois votos, proferidos perante o Conselho Federal da OAB, com ampla aprovação. As chances de ganho de causa, no STF, são difíceis de avaliação. A matéria envolve aspectos políticos, econômicos e financeiros internacionais, não sendo apenas uma questão jurídica, mas, muitos mais, algo que se entronca com a própria soberania deste País. Sabemos todos que a Corte Judiciária maior, no Brasil, tem missão, também, política, no sentido helênico do termo.

Adverso - **Por que os governos brasileiros sempre se omitiram desse debate?**

Tourinho - A omissão sucessiva dos governos, no trato da matéria, é em razão, possivelmente, do alto conteúdo político, econômico, financeiro, e, certamente, de caráter ilícito, que envolve a grave questão, quando se sabe que alguns governos dilaceraram a soberania brasileira, em conduta típica de lesa-pátria.

Adverso - **A última tentativa de realizar uma auditoria dessa natureza foi em 1989, partindo do Senado Federal. Por que não foi adiante e por que só agora o tema veio à tona novamente?**

Tourinho - A última tentativa de se realizar uma auditoria foi, efetivamente, em 1989, quando se constituiu uma Comissão, sendo relator o Senador Severo Gomes,

"O País não terá condições de arcar por muito tempo com a astronômica dívida externa, ainda que sequem as últimas lágrimas e as últimas gotas de sangue do trabalhador brasileiro"

que, como afirmou, concluiu a primeira parte dos trabalhos da Comissão, porém, tal não ocorreu em relação ao que denominou segunda parte. Os trabalhos não foram adiante certamente por motivação política. A Câmara dos Deputados não se pronunciou. No Senado Federal, a Mesa, na oportunidade, proclamou o encerramento dos trabalhos, sem que houvesse exame pericial e analítico do endividamento externo brasileiro.

Adverso - **Em que outras ocasiões da história do Brasil se cogitou uma auditoria da dívida?**

Tourinho - Segundo levantamento do Movimento da

Auditoria Cidadã, teria ocorrido, em 1931, a primeira auditoria da dívida externa, no Brasil, havendo êxito, eis que parte considerável da dívida foi extinta.

Adverso - **A recente anistia da dívida de alguns países africanos poderia se refletir no Brasil, ou as situações são diferentes?**

Tourinho - Acreditamos que o endividamento externo dos países subdesenvolvidos, ou eufemisticamente denominados "em desenvolvimento", passa pelo mesmo procedimento escuso, tendo como tônica a corrupção de muitos, e a subserviência dos governos se fazendo presente, com a participação gananciosa do mercado financeiro internacional, em conluio com parte desonesta do empresariado nacional, daí porque é possível haver similitude entre o endividamento externo brasileiro e o africano. Quanto à anistia concedida a países daquele continente, parece-nos ser indiferente à hipótese brasileira.

Adverso - **Existe um debate sobre a criação de um tribunal internacional que julgaria a dívida do Terceiro Mundo. O Brasil poderia ser incluído?**

Tourinho - Um tribunal internacional para discutir e julgar as dívidas de países do terceiro mundo seria excelente, e o Brasil poderia ser beneficiário.

Adverso - **Qual a expectativa da OAB com relação ao resultado de uma possível auditoria?**

Tourinho - Se efetivamente houver uma auditoria, com exame analítico e pericial, não temos dúvida de que haverá cúmulo de ilícitos de natureza criminal, infrações administrativas e violação de preceitos básicos do Texto Constitucional, envolvendo políticos, inclusive governantes, banqueiros e empresários em geral, no País e no exterior. A auditoria é uma exigência da sobrevivência brasileira, porque sabemos todos que o País não terá condições de arcar por muito tempo com a astronômica dívida externa, ainda que sequem as últimas lágrimas e as últimas gotas de sangue do trabalhador brasileiro.